



Reforma trabalhista deve ser revista: lei precarizou relações sem melhorar economia

Para sociólogo, lei de 2017 fez o contrário do que prometeu: enfraqueceu os sindicatos e exacerbou a relação individual de trabalho

REPRODUÇÃO



Com algumas discordâncias em relação a objetivos e resultados, debate em torno da “reforma” trabalhista de 2017 (Lei 13.467) convergiu para a necessidade de revisão da lei, ainda que parcial. “Essa reforma entregou o país a uma produtividade espúria”, afirmou o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, ao ressaltar, mais de uma vez, a importância da negociação

coletiva – o que não foi o caso da lei. “Países que fizeram processos de transformação pactuaram modelos de desenvolvimento”, destacou. Isso se deu, completou Clemente, por meio de acordos sociais em torno da produtividade e da distribuição de seus resultados.

O ex-diretor técnico do Dieese participou do debate promovido pela Fundação FHC, ontem

(3), com o presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Dan Ioschpe, também vice da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O empresário afirmou que qualquer mudança, para funcionar, precisa de quatro pilares: tranquilidade institucional, equilíbrio de contas públicas, melhor distribuição de renda e sustentabilidade ambiental.

Quem negocia?

Ele considera que a reforma de 2017 teve aspectos importantes: “Era preciso começar algum tipo de modernização. Entre erros e acertos, tentou se atualizar”. Mas concordou que a lei “talvez tenha pecado” na questão da representação. Ou seja, dos interlocutores, dos negociadores das mudanças. Uma possível revisão da Lei 13.467 faz parte do debate da campanha presidencial. Há quem proponha a revogação pura e simples. As recentes mudanças na Espanha esquentaram o tema.

Nesse sentido, acentua Clemente, a lei fez o contrário do que foi anunciado. “Temos que transferir aos atores sociais as formas de regular as relações de trabalho. Então, a reforma trabalhista fez o oposto. Tirou o poder do sindicato e enalteceu a relação individual”, observou. No Brasil, acrescentou o sociólogo, as iniciativas legais parecem sempre caminhar para excluir a representação sindical. Ele citou o exemplo da recente Medida Provisória (MP) 1.108, que regulamentou o teletrabalho (home office) sem previsão de negociação coletiva: “O sindicato está fora desse jogo regulatório”.

Desigual e precário

Assim, observou ainda Clemente, a reforma consolidou um mercado de trabalho desigual e precário, sem levar em conta a heterogeneidade de sua estrutura. Além disso, “consolidou a destruição do sistema previdenciário brasileiro”. Hoje, grande parte das pessoas que trabalham não tem qualquer proteção social, trabalhista ou previdenciária. “Temos que criar um sistema de proteção que seja universal e resultado de uma repartição oriunda da negociação.”

Essa “mudança estrutural”, como diz o representante do Fórum das Centrais, precisa considerar também o tamanho das empresas no Brasil. Segundo Clemente, as micro, pequenas e médias empresas concentram 60% dos empregos, mas apenas 10% da produtividade. Assim, a organização sindical precisa ampliar sua base de representação. Ele criticou uma das alterações impostas pela lei, a exclusão dos sindicatos das homologações contratuais. Até então, a presença do sindicato era obrigatória quando o empregado tinha mais de um ano de casa. “Tirar o sindicato das rescisões expõe o trabalhador a risco, estimulando um tipo de fraude que infelizmente está presente em um momento dramático, que é o da rescisão.”

Mais diretrizes, menos detalhes

Dan Ioschpe observou que a “reforma” fez cair o número de processos trabalhistas. “Temos uma legislação em geral muito complexa. E a insegurança jurídica está em geral associada a um detalhamento exagerado”, disse o executivo, pedindo “mais diretrizes, menos detalhamentos na lei”. Já a representação sindical – tanto dos trabalhadores como patronal – é “bem-vinda”, segundo ele, desde que “bem fundamentada, bem constituída, democraticamente obtida”. Clemente salientou que as entidades de trabalhadores também são contra a “judicialização” e defendeu mecanismos de solução de conflitos nos próprios locais de trabalho.

Quase no final, o diretor geral da Fundação FHC, Sergio Fausto, quis saber qual o grau de mudança da Fiesp, com nova direção após quase duas décadas. Ioschpe, que também integrou a gestão anterior, se esquivou como pôde: “O que tem que nos orientar é a mesma visão do Iedi, do desenvolvimento socioeconômico. O que ocorre é que não vamos achar caminhos fáceis e únicos. Por outro lado, a gente precisa de uma agenda razoavelmente simples”.

FONTE: RBA

Lançado edital de bolsas para pessoas negras após assassinato no Carrefour

As bolsas são destinadas a áreas do conhecimento historicamente com baixa representatividade de pessoas negras



Alberto Silveira Freitas foi assassinado por seguranças do Carrefour na véspera do Dia da Consciência Negra, em novembro de 2020. Foto: Luiza Castro/Sul21

Foi publicado, no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), o edital para instituições de ensino superior interessadas em receber bolsas de estudos e de permanência na graduação e pós-graduação para pessoas negras.

O edital é fruto do termo de ajustamento de conduta (TAC) entre o Ministério Público

do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), Defensoria Pública da União (DPU) e Carrefour, após o assassinato de João Alberto Silveira de Freitas nas dependências de uma unidade da rede de supermercados em Porto Alegre, em novembro de 2020.

João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, foi espancado até a morte. Ele fazia compras com a esposa quando foi abordado violentamente por dois seguranças no estabelecimento, foi agredido com chutes e socos por mais de cinco minutos, sufocado e não resistiu.

O espancamento foi registrado em vídeo por uma câmera de celular. A morte violenta de João Alberto ganhou ainda mais destaque na mídia porque ocorreu às vésperas do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro.

Logo após o crime, houve a propositura de ação civil pública pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Educafro e Centro Santo Dias, bem como a instauração de procedimentos administrativos pelos demais órgãos públicos, que resolveram se reunir para buscar uma atuação conjunta que resultasse em medidas concretas em prol dos direitos humanos e contra práticas racistas, passando a negociar com o Grupo Carrefour um possível acordo.

A negociação terminou em 11 de junho de 2021 com a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta. As medidas acordadas estão sendo fiscalizadas pelos órgãos compromitentes, bem como verificadas por auditoria externa independente e aquelas destinadas à seleção de projetos e concessão de bolsas implementadas por meio de editais públicos.

O TAC previu um aporte do valor total de R\$ 115 milhões por parte do Carrefour para ações de enfrentamento ao racismo. Além das bolsas para graduação, mestrado e doutorado, estão previstos investimentos em redes incubadoras e aceleradoras de empreendedores negros, em campanhas educativas e projetos sociais e

culturais.

Para os órgãos públicos envolvidos, o acordo nos patamares negociados simbolizou resposta relevante à sociedade e fixa um importante paradigma para o enfrentamento ao racismo e aplicação dos direitos humanos ao setor privado.

O Carrefour deve destinar R\$ 68 milhões para a concessão das bolsas, R\$ 20 milhões para alunos de graduação, R\$ 30 milhões para alunos de mestrado, R\$ 10 milhões para doutorandos e mais R\$ 8 milhões para alunos de especialização (lato sensu). As bolsas restantes serão oferecidas para cursos de graduação e programas de pós-graduação em âmbito nacional, não sendo contemplados cursos ou programas EAD.

O edital também prevê que essas bolsas sejam conferidas para áreas do conhecimento historicamente com baixa representatividade de pessoas negras. Ainda, 30% dos recursos deverão ser destinados a cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições com sede ou campus e com respectivo curso desenvolvido no âmbito territorial do Rio Grande do Sul.

As inscrições deverão ser realizadas de 31 de agosto a 27 de setembro e serão admitidas unicamente inscrições de cursos de graduação e programas de pós-graduação de instituições com sede ou campus em território nacional.

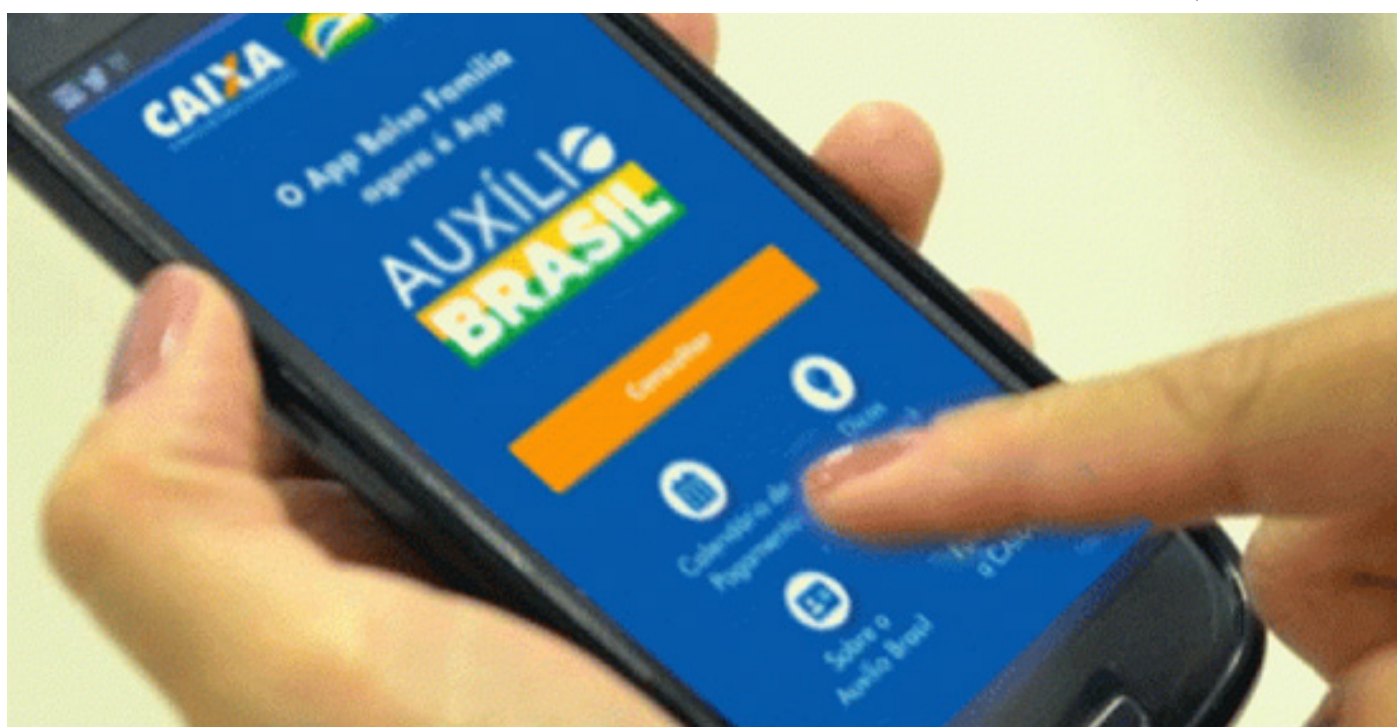
Foto de abertura: [Luiza Castro/Sul21](#)

Fonte: [Sul21](#)

Empréstimo para quem recebe Auxílio Brasil favorece apenas os bancos, diz Dieese

Juros dos empréstimos consignados para quem recebe o auxílio Brasil e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são mais do que o dobro dos aposentados. Medida só endivida as famílias mais pobres, diz Dieese

MARCELLO CASAL / AGÊNCIA BRASIL



A decisão do governo de Jair Bolsonaro (PL) de liberar empréstimos consignados para quem recebe o Auxílio Brasil, que pagará R\$ 600 só até dezembro, e também para os que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo (R\$ 1.212), vai aumentar o endividamento dos mais pobres. Só quem se beneficia com a medida é o mercado financeiro.

Além de ser a classe que mais se endivida, até pela dificuldade financeira em se alimentar e pagar as contas, os beneficiários desses auxílios, se quiserem contrair um empréstimo junto aos bancos e instituições financeiras, ainda que consignados, com o desconto direto no valor a receber, vão pagar cerca de 79% ao ano de juros, mais do que o triplo do que

pagam hoje os aposentados, cuja média fica entre 16% e 28%, dependendo da financeira. Os 79% de juros foram apurados preliminarmente pela Folha de São Paulo, a partir de estimativas do próprio governo federal.

A taxa de inadimplência é maior entre os mais pobres, e o comprometimento de 50% da renda com serviços de dívida (um indicador do endividamento de risco) atinge 12,3% da população endividada que recebe até R\$ 1.000 por mês, segundo o relatório de Cidadania Financeira do Banco Central (BC).

A possibilidade de aumento no endividamento de pessoas mais pobres é criticada pelo diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Junior e pela técnica do órgão,

Adriana Marcolino, da subseção CUT Nacional.

Para Fausto, o maior problema é que o Programa Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, foi criado para dar dinheiro a ser utilizado na alimentação, para quem vive em insegurança alimentar, e não passar fome. A permissão para o crédito consignado vai antecipar um valor que fará falta mais adiante para a comida, já que, muito provavelmente, o empréstimo será utilizado para pagar dívidas de até mesmo água e luz.

“Quem pegar mil reais de empréstimo ao longo de 12 meses vai pagar R\$ 1.700 se a taxa de juros ficar em torno de 70% ao ano, e esses R\$ 700 de juros irão para o sistema financeiro, demonstrando que esse governo não compreende para que serve um auxílio”, diz Fausto.

A técnica do Dieese, Adriana Marcolino, chama a atenção de que o valor do auxílio é pequeno diante da necessidade orçamentária de uma família e ainda é transitório e, por isso é um absurdo liberar que esse recurso possa ser tão bem drenado pelo sistema financeiro, com juros exorbitantes, os mais elevados do mundo.

“As pessoas não têm dinheiro para comer. São 33 milhões de pessoas passando fome e, quem não tem dinheiro naquele dia vai pegar o empréstimo para dar comida para sua família, e depois ver o que faz amanhã. Essa é a situação da população brasileira, e o governo joga as famílias em situação de pobreza, e de pobreza extrema, na mão do sistema financeiro”, diz Adriana.

Essa proposta é totalmente descabida. É o sistema financeiro tentando drenar esse recurso que é destinado basicamente para a segurança alimentar das pessoas- Adriana Marcolino

Prazos

O comprometimento dos auxílios para pagamento do empréstimo é de 40% do seu valor mensal. Se o beneficiário receber R\$ 600 vai poder comprometer R\$ 240, por mês. Como quem receberá os R\$ 600, até dezembro deste ano, terá o valor rebaixado para R\$ 400, a partir de janeiro de 2023, o comprometimento da renda será ainda maior: 60% do que receberá, se a dívida não for quitada até o prazo final do ganho de R\$ 600.

O governo deu um prazo de 24 meses para o pagamento do empréstimo, já que os dois anos são o período que uma pessoa pode receber o auxílio depois de se tornar inelegível, como quando começa a trabalhar com carteira assinada.

A diferença é enorme nos juros pagos pelos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que contraem empréstimos consignados. Segundo o BC, no período de 12 de julho a 18 de julho, a taxa mais baixa de um banco público era 12,81% ao ano.

Financeiras já oferecem o empréstimo

Apesar de ter sido aprovado na Câmara e no Senado, o empréstimo consignado do Auxílio Brasil ainda dependia da regulamentação do governo para ficar disponível para as famílias. O presidente sancionou apenas na quarta-feira (3) a Medida Provisória nº 1.106

Ainda assim, segundo o diretor do Dieese, há casos de financeiras que já estavam oferecendo antes da sanção presidencial o crédito consignado para beneficiários de auxílios, para tirar o dinheiro da comida de quem mais precisa.

O governo liberou esse crédito a pessoas mais simples, que estão ‘enroladas’ com dívidas, numa atitude eleitoreira e, pior, essas financeiras já estão com o cadastro de quem vai receber, por isso que ficam ligando para os beneficiários, antes mesmo do dinheiro cair na conta- Fausto Augusto Junior

Importância do crédito consignado para o trabalhador

Fausto lembra que o crédito consignado foi uma conquista da classe trabalhadora que por meio da CUT lutou para que os juros fossem mais baixos, diante das altas taxas cobradas pelo mercado financeiro, mas a partir de 2016, após o golpe contra a ex-presidenta Dilma, essas negociações foram deixadas de lado.

“A diferença é que naquela época, os sindicatos participavam junto com os bancos e discutiam como baixar a taxa de juros. Mas para esses novos consignados cada financeira cobra o que bem entender. Ou seja, não houve a participação nem dos trabalhadores, nem de ninguém na confecção dessa abertura de crédito”, afirma Fausto.

Fonte: CUT - Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

Em julho de 2022, o valor do conjunto dos alimentos básicos diminuiu em 10 das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA).

DIEESE

Cálculo

Em julho de 2022, o **salário mínimo necessário** para manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 6.388,55**



No período, as cestas mais caras foram verificadas em São Paulo (R\$ 760,45), Florianópolis (R\$ 753,73), Porto Alegre (R\$ 752,84). Nas cidades do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das demais capitais, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 542,50), João Pessoa (R\$ 572,63) e Salvador (R\$ 586,54).

A comparação do valor da cesta, entre julho de 2022 e julho de 2021, mostrou que todas as capitais tiveram alta de preço. As variações oscilaram entre 11,07%, em Aracaju, e 26,46%, em Recife.

Em julho de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças, que

correspondem a um adulto) deveria equivaler a R\$ 6.388,55, ou 5,27 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido (após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social), verifica-se que, em julho de 2022, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média 59,27% do rendimento para adquirir os produtos da cesta. O tempo médio de trabalho necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 120 horas e 37 minutos.

Pesquisa completa no site do DIEESE: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202207cestabasica.pdf>

Fonte: DIEESE

Com 'riscos' e inflação, Copom sobe juros a 13,75%, maior nível em quase seis anos

Taxa agora chegou a 13,75%, com aumento de meio ponto. Foi a 12ª alta seguida

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Conforme esperado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou mais uma vez, a 12ª seguida, a taxa básica de juros, a Selic. A alta foi de meio ponto percentual, para 13,75% ao ano, no nível mais alto desde outubro de 2016. Desde que começou o ciclo de aumentos, em março do ano passado, a Selic já foi multiplicada em quase sete vezes, de 2% para 13,75%.

No comunicado divulgado ao final de dois dias de reunião, nesta quarta-feira (3), o colegiado afirma que o cenário externo “mantém-se adverso e volátil, com maiores revisões negativas para o crescimento global em um ambiente inflacionário ainda pressionado”. No

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Brasil, o Copom aponta retomada da atividade e o mercado de trabalho, mas com inflação ao consumidor que permanece elevada.

De acordo com o comitê do Banco Central, a decisão, como sempre unânime, reflete um cenário de incertezas. E o BC sinaliza que as altas deverão continuar.

Para a Força Sindical, o aumento dos juros “é um remédio desnecessário, errado, com efeitos colaterais indesejados, irreversíveis, graves e nefastos, como o comprometimento da produção, o arrefecimento da intenção de consumo, resultando em drástica queda no comércio e indústria”.

FONTE: Redação RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF